



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz



ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE
JOAQUIM VENÂNCIO

Rayane Alvarenga Beserra da Silva

**IDEOLOGIA À SERVIÇO DO GOLPE: A PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA DO IPÊS E A DEPOSIÇÃO DE
JOÃO GOULART**

**Rio de Janeiro
2017**

Rayane Alvarenga Beserra da Silva

**IDEOLOGIA À SERVIÇO DO GOLPE: A PRODUÇÃO CINEMATOGRAFICA DO IPÊS E A DEPOSIÇÃO DE
JOÃO GOULART**

Monografia apresentado à Escola Politécnica de
Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo
Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para
aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Orientador(a): José Victor Regadas Luiz

Rio de Janeiro
2017

RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo, a pesquisa acerca do papel desenvolvido pelos meios de comunicação de massa, especificamente do Instituto de Pesquisas e Estudos Social (Ipes), no governo de João Goulart. Assim, recorreremos a uma análise da coletânea de filmes produzida pelo Ipes, e compreendemos como os filmes, que usufruíram de grandes investimentos por parte das elites brasileiras e da potência estadunidense, asseguram a repressão ao comunismo e a derrubada de Goulart. Questionamos como essas redes de atuação partidária proporcionaram(proporcionam), sustentação a criação de um ambiente ideológico e político.

PALAVRAS-CHAVE: Golpe de 1964; Anticomunismo; Meios de Comunicação de Massa; Ipês.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	04
1 O CONTEXTO POLÍTICO DO GOLPE DE 1964.....	07
2 A CAMPANHA IDEOLÓGICA DO IPES	13
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	17
Referências bibliográficas	

INTRODUÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo geral o estudo e compreensão do papel desempenhado pelos meios de comunicação de massa na construção do ambiente ideológico e político que criou as condições para a desestabilização do governo de João Goulart (1961-1964). Em 1961, Jânio Quadros renunciou à presidência da República, lançando o Brasil numa grave crise política. O vice-presidente, João Goulart, tinha como plataforma política as reformas de base, como as reformas urbana, fiscal, tributária e, principalmente, a reforma agrária, assumiria o cargo da presidência, na qual lhe pertencia legitimamente. Por outro lado, as elites econômicas e políticas do país, vendo neste amplo programa de reformas uma séria ameaça ao seu domínio, desencadearam uma forte oposição e começaram promover projetos, inicialmente, para impedir a posse de Goulart, o que não foi possível, mas o que eventualmente desembocou no Golpe de 1964 que o depôs.

Quando Goulart assumiu o cargo da presidência uma intensa campanha política e ideológica radicalizou-se para desestabilizar o seu governo, apoiada num complexo de institutos e meios de comunicação de massa, o que seria crucial para a criação do ambiente ideológico propício ao Golpe de 1964. Dentre os diversos projetos de desestabilização, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), criado ainda em 1959, e, sobretudo, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes), criado em 1961, ambos financiados ilegalmente pelo governo estadunidense, cumpriram, nesse sentido, um papel destacado na organização da oposição ao governo Jango, servindo não apenas de núcleo de coordenação da elite econômica e política brasileira, mas também como centro produtor de artilharia ideológica contra a “ameaça comunista” representada pelas reformas de base (DREYFUSS, 1986).

Deste modo, o objetivo específico deste trabalho é a análise da produção cultural propagada pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, um dos principais centros de produção ideológica contra o governo Jango e também um dos principais vetores de organização política das elites contrárias à plataforma de seu governo. Mais especificamente, esta pesquisa visa analisar a sua produção cinematográfica entre os anos de 1961 e 1964, a fim de avaliar como ela serviu para forjar um discurso que

implicou diretamente no ambiente ideológico e político de desestabilização do governo de João Goulart.

A metodologia da pesquisa foi conduzida em etapas, conforme à divisão dos capítulos. A primeira etapa foi realizada introdução geral à monografia, uma espécie de resumo dos pontos abordados no projeto, como o tema da pesquisa, os objetivos, a abordagem que foi utilizada para realizar esse estudo, à relevância do tema proposto. No segundo momento, para contextualizar politicamente e socialmente o período que foi estudado, tanto interno (os conflitos políticos no Brasil), quanto externo (o conflito maior da Guerra Fria), recorreremos à análise da literatura sobre o período, em particular, aquela produzida no âmbito das disciplinas de história e da ciência política que abordem o papel dos meios de comunicação de massa e sua produção cultural e ideológica. Na terceira etapa, a fim de fazer uma análise mais profunda e específica acerca desta questão, analisamos três curtas da produção filmográfica do Ipes, através da internet, na qual foram “O Brasil precisa de você”, “História de um maquinista” e “Nordeste, problema número um”. Recorreremos também à análise do livro “Propaganda e Cinema a Serviço do Golpe”, de Denise de Assis, uma vez que examina e reflete sobre o papel desempenhado pelo Ipes. Esses curtas foram bastante representativos na produção do período, seja pelo conteúdo, seja por sua difusão. Todo o material produzido pelo Ipes está preservada no Arquivo Nacional, consiste em uma coletânea com quinze filmes produzidos durante o governo de Goulart, que são:

1. *O Brasil precisa de você*. O filme relata sobre a chamada/convite para confrontar a demagogia e à movimentação social, na qual desestabilizam o país.
2. *Nordeste problema nº 1*. O filme retrata a ausência de perspectivas dos nordestinos, na qual enfrentam a seca e à falta de políticas públicas.
3. *História de um maquinista*. O filme expõe a falta de investimentos para os transportes ferroviários e à necessidade de aplicações para a melhoria dos transportes.
4. *A vida marítima*. O filme diz sobre atuação do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.
5. *Depende de mim*. O filme ressalta as atividades de diversos trabalhadores defendendo que do voto de todos depende a manutenção do país.
6. *A boa empresa*. O filme destaca a importância da igreja para a sociedade.

7. *Uma economia estrangulada*. O filme relata à necessidade de investimentos para o melhoramento da marinha mercante brasileira.
8. *O IPES é o seguinte*. O filme descreve sobre o IPES e suas propostas.
9. *Portos paralíticos*. O filme diz sobre a péssima situação dos portos brasileiros e à falta de investimentos.
10. *O que é o IPES*. O filme fala sobre à convocação à organização pela defesa das instituições democráticas e cristãs e as propostas do IPES.
11. *Criando homens livres*. O filme trata a importância da educação na formação da cidadania e do voto, contribuindo na escolha de bons governantes.
12. *Deixem o estudante estudar...* O filme fala da importância/necessidade de investimentos na educação.
13. *Que é a democracia?* O filme retrata o Brasil como um país de tradição democrática, em contraposição aos países do leste europeu, dominados pelo regime comunista; a importância de se votar nos candidatos que defendam a democracia.
14. *Conceito de empresa*. O filme relata à convocação aos empresários para unirem-se e ressaltar a importância social de suas empresas e do empresariado na manutenção das políticas. assim colocando em pauta a comunicação direta dos empresários com os trabalhadores.
15. *La noche mas triste*. O filme descreve as razões pela qual invadiram à República Dominicana, os movimentos marxistas nas universidades, posteriormente fechadas e como à sociedade retomou-se após o movimento militar em 1965.

A presente pesquisa tem bastante importância social, uma vez que os meios de comunicação de massa desempenharam (e ainda desempenham) um papel central na produção de discursos ideológicos capazes de moldar o contexto de disputa política do país. O estudo sobre o modo como um instituto como o Ipês ajudou a forjar um discurso ideológico de contestação ao governo Jango, desta forma, não possui somente um inegável interesse histórico sobre os rumos passados da política no Brasil - o que já seria o bastante -, mas considera-se que esta pesquisa pode também contribuir para o esclarecimento sobre o modo mais geral como se entrelaçam a produção ideológica e a ação política em nossa sociedade.

1 - O CONTEXTO POLÍTICO DO GOLPE DE 1964

Em 1960, Jânio Quadros e João Goulart, cada um de uma chapa diferente, a primeira liderada pela UDN, União Democrática Nacional, a segunda, pelo PTB, Partido Trabalhista, como era permitido pela legislação da época, foram eleitos, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente da República, sendo empossados em janeiro de 1961. Com poucos meses de mandato, enquanto Goulart estava na China, governando uma missão diplomática brasileira, Jânio Quadros, sem motivos aparentes, renunciou à Presidência da República, lançando o Brasil em uma grave crise política, em meio a uma situação já preocupante, de econômica instável, com inflação alta, descontroles dos gastos públicos e uma grande dívida externa, entre outros. Após a atitude de Jânio, ainda com Goulart no exterior, as forças armadas manifestaram-se, relatando que não aceitariam o retorno de Jango ao Brasil e a posse ao cargo da presidência, sob a desculpa de que Jango implantaria uma ditadura comunista no Brasil e causaria uma tragédia na estrutura política. Desta forma, agiram imediatamente para impedir a sua posse.

João Goulart, conhecido como Jango, era um político popular, ex-ministro do trabalho no governo de Getúlio Vargas, alinhado a um amplo projeto de reformas sociais de base, que abrangeria as reformas urbana, fiscal, tributária, e, principalmente, a reforma agrária. Durante o seu regresso do exterior, fortaleceu-se a inquietação da oposição, com o apoio expressivo do parlamento e de setores das forças armadas, que começou a radicalizar a movimentação para impedir sua posse, tramando um golpe. Enquanto isso, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, cunhado de Jango, agindo rapidamente e de forma inesperada, lançou em resposta uma campanha popular pela garantia da legalidade, conhecida como “Rede da legalidade”. Usando o palácio de seu governo como sede da resistência ao golpe, Brizola fez com que diversas emissoras radiofônicas começassem a transmitir suas mensagens para o Brasil e alguns países estrangeiros, ressaltando que, após a renúncia à presidência, o vice-presidente tinha o legítimo direito à posse. O sucesso popular da “Rede da Legalidade”, associada à adesão de setores das forças armadas à garantia da legalidade democrática, acabou finalmente garantindo a posse de Jango como presidente, mas não exatamente com poderes presidenciais, uma vez que o acordo que possibilitou o seu retorno ao Brasil

previa a instituição do regime parlamentarista, que deveria ser submetido tempos depois ao escrutínio popular através de um plebiscito

Em setembro de 1961, Jango assume então a presidência. Com um mês de governo, Jango criou a Superintendência de Política Agrária (Supra) com o objetivo de fortalecer a reforma agrária, e, investiu na criação e fortalecimento de sindicatos e na ampliação dos direitos do trabalhador rural. No final de 1961, o campo da esquerda, na qual integrava comunistas, socialistas, nacionalistas, trabalhistas, entre outros, começou a radicalizar a reivindicação pela aprovação das Reformas de Base, principalmente a reforma agrária, mas a oposição não cedeu a qualquer negociação, pois sabia que a reforma impactaria diretamente a estrutura latifundiária brasileira.

Em 1962, aconteceu uma eleição que renovou os integrantes do Congresso, gerando maior preocupação para a aprovação das pautas de Jango e seus apoiadores. Essa eleição foi uma prova de que o golpismo estava integrado no país, uma vez que, que certas estruturas, formadas e investidas por corpos internos e externos, como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), investiram uma extensa quantia de dinheiro em diversos candidatos, como o financiamento de 250 candidatos a deputados federais e 600 a deputados estaduais, e, 8 candidatos a governadores, com o intuito de construir uma forte oposição a Jango no Congresso (SCHWARCZ, Lilia M., STARLING, Heloisa M., 2015, p. 440). Apesar do esforço de Jango para prosseguir com o seu projeto político, havia um bloqueio no governo de Jango, que não conseguia controlar a crise brasileira. Ele fez até uma viagem a Washington com o intuito de negociar a dívida externa em 1962, um dos fatores da crise, mas não obteve avanço.

Outro bloqueio no governo de Jango era a posse da presidência num regime parlamentarista, implantado às pressas pela oposição, que limitava os seus poderes de fato. Esta situação, porém, duraria pouco, pois o novo regime não teve a adesão popular. Em março 1963, o parlamentarismo foi abolido em plebiscito, com resultado indiscutível. De 11,5 milhões de eleitores, 9,5 milhões votaram a favor do regime presidencialista, gerando reação imediata nas elites brasileiras, que passaram a conspirar para desestabilizar e, finalmente, derrubar o seu governo. Por outro lado, a aprovação concedeu a Jango plenos poderes presidenciais. Alguns dias antes dessa mudança, Jango promoveu aumento no salário mínimo de 75% e conseguiu fortalecer o apoio dos trabalhadores para conquistar o regime presidencialista, que ele usaria para desencadear

seu projeto de reformas(SCHWARCZ, Lilia M., STARLING, Heloisa M., 2015, p. 441). Em abril de 1963, um mês após a aprovação do presidencialismo, Jango, com o auxílio do seu partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), apresentou ao plenário legislativo o projeto da reforma agrária, porém não obteve um bom resultado, e, esse fato abalou os planos de Jango de seguir com seus projetos. Ainda em 1963, os sargentos revoltaram-se, pois o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que os sargentos eleitos não poderiam tomar posse. Eles então se amotinaram, e Jango buscou manter-se neutro, o que chamou a atenção dos sargentos e despertou a ira dos oficiais superiores.

As tensões no governo de Jango aumentavam cada vez mais. O ambiente anticomunista interno era fortemente envenenado pelo contexto internacional da Guerra Fria, marcado pelo confronto político e ideológico (potencialmente militar e atômico) entre as duas principais potências que emergiram com o desfecho da Segunda Guerra: os Estados Unidos e a União Soviética. Nesse sentido, o embate político que cercou o governo de Goulart (e, que, eventualmente, selaria o seu trágico destino), foi incontornavelmente caracterizado pelo forte discurso anticomunista utilizado pelos seus detratores da direita, como forma de abalar a sua legitimidade e de forjar e mobilizar uma oposição intransigente, tenaz, e, por fim, violenta, contra o seu governo. Assim, as oposições a Jango começaram a desencadear campanhas ideológicas para a desestabilização política de seu governo, o que envolveu grandes investimentos, como a publicação em larga escala de propaganda anticomunista na forma de publicação de livros, produção e exibição de filmes, encenação de peças teatrais, realização de comícios, marchas etc.

Esses investimentos provinham não somente de fontes internas, mas também externas, pois o governo norte-americano começou a preocupar-se com o sul do continente, alegando que a parceria com o Brasil tinha como pauta o apoio econômico e a diminuição da pobreza. As ações dos Estados Unidos começaram a se expandir, sobretudo, depois da vitória da Revolução Cubana em 1959, uma vez que acreditavam que o Brasil estaria a caminho de sofrer um levante comunista. Como não suportariam outro episódio como o de Cuba, contribuíram enormemente para o projeto de desestabilização de Jango (DREIFUSS, 1986; FICO, 2014b; TAVARES, 2014).

Uma das primeiras iniciativas dos EUA, nesse sentido, foi o lançamento da “Aliança para o Progresso”, cujo objetivo alegado ajudar financeiramente o Brasil. Outra criação foi o “Peace Corps”, um conjunto de jovens voluntários americanos que proporcionam serviços aos mais pobres. Porém, a finalidade de ambas iniciativas era o domínio político e econômico da América Latina no contexto da Guerra Fria. Posteriormente, com setores militares brasileiros interessados na deposição de Jango, o governo dos EUA também deslanchou a “Operação Brother Sam”, um amplo apoio logístico e militar às forças golpistas que visava debelar qualquer resistência eventual ao golpe. Assim, o governo norte-americano começou a fornecer grande quantia de capital aos governadores e políticos brasileiros que faziam oposição à Goulart, bem como a associações civis para investir em mecanismos de desestabilização.(FICO, Carlos, 2014a, p. 28, 29 e 30)

Nesse sentido, um dos mais notórios exemplos da participação estadunidense na conformação do conturbado ambiente de disputa ideológica que antecipou o Golpe de 1964 foi a criação de duas associações com o intuito de estruturar publicidade anticomunista, capaz de forjar um discurso de deslegitimação do governo eleito e, assim, as condições ideológicas necessárias para a queda do presidente. O Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad), criado ainda em 1959, no governo de Juscelino, e, sobretudo, o Instituto de Pesquisas e Estudos sociais (Ipes), criado em 1961, ambas instituições foram financiadas ilegalmente pelo governo estadunidense e passaram a ter uma atuação destacada para organizar a oposição ao governo Jango. Em 1963, o próprio Jango pediu a abertura de investigações sobre os dois institutos em uma CPI e o Ibad, descobertas as irregularidades, foi fechado, embora o Ipes tenha conseguido se livrar. O Ipes desapareceu dez anos após a sua criação, em 1972, mas deixou seu marco, pois trabalhou em prol dos interesses de uma parte da sociedade e interferiu nas relações políticas e sociais, sempre assumindo como elemento principal nas orientações governamentais, não os princípios democráticos, como integrava na sua ata de fundação, mas sim os interesses das elites brasileiras. .(FICO, Carlos, 2014a, p. 35)

Em outubro de 1963, uma entrevista de Carlos Lacerda a um jornal estrangeiro foi traduzida e publicada pelo Tribuna da Imprensa, em que este dizia que o governo de Jango deixara o país em uma grave situação, que os militares apontam os seguintes caminhos, “melhor tutela-lo[à Jango], patrocina-lo, pô-lo sob controle até o fim de seu

mandato ou alijá-lo imediatamente” (FICO, 2014a, p. 442). Essa entrevista deixou Jango apreensivo. Ele enviou uma mensagem ao Congresso solicitando a declaração de estado de sítio no país, porém mais uma vez os planos de Jango foram negados, enfraqueceu-o.

O senador mineiro pela UDN, Milton Santos, apresentou no Congresso Nacional um projeto de reforma agrária com mudanças básicas, que foi rejeitado. Outro projeto abrangendo o mesmo assunto, do PTB, também foi recusado. Assim, esse período pareceu-se a “paralisia decisória”, segundo Wanderley Guilherme dos Santos (*apud* SCHWARCZ e STARLING, 2015, p. 39). Os acontecimentos que estavam ocorrendo abalaram as decisões de Goulart, principalmente em relação ao desenvolvimento do seu projeto de reformas, pois se o Congresso rejeitou pautas razoáveis. Contudo, Jango havia comentado em um comício em homenagem à Vargas que havia o risco das reformas serem aprovadas “à margem da lei, pela vontade e pela disposição do povo” (FICO, 2014, p. 39). Ou seja, ressaltava a necessidade da luta e a decisão do povo para desencadear as reformas.

Dentre os comícios realizados, o famoso Comício da Central, no Rio de Janeiro, no dia 13 de março de 1964, que reuniu entre 150 mil a 200 mil pessoas, com duração de 4 horas. Entre as treze pessoas a discursar no comício, Jango foi o último, no qual falou com firmeza e clareza de que era a hora das reformas e ressaltou a importância de reformulações na Constituição, pois a mesma não abrangia as exigências da sociedade. Desta forma, dois dias após seu discurso no comício, Goulart enviou seu projeto político ao Congresso, segundo o qual planejava realizar um plebiscito em favor das reformas. No entanto, essas movimentações de Jango provocaram a reação da oposição. No dia 19 de março, um conjunto de pessoas saiu da praça da República e marchou até à praça à Sé, portando faixas, bandeiras e vários rosários, para salvar o Brasil do comunismo de Jango e seus aliados. A mobilização permaneceu, pois vários grupos sociais, o clero, as famílias e os setores políticos mais conservadores organizaram-se em marchas, disseminou-se uma visão avessa ao comunismo, dizendo que o mesmo contradizia os valores da família e da igreja, gerando mobilização nas ruas mais de um milhão de pessoas, o que ficou conhecido como a "Marcha da Família com Deus pela Liberdade". Em resposta ao discurso de Jango no comício da Central e à ameaça comunista representada pelas ações de Goulart, a marcha parou as ruas e era uma certeza de que à

oposição ao governo consolidava-se. Conforme argumentara Dreifuss, “O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas, sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica, centrada no complexo ipês/IBAD” (DREIFUSS *apud* ASSIS, 2001, p. 22). Assim entre os dias 31 de março e 1º de abril de 1964, com o auxílio dessa “campanha política, ideológica e militar” terminou por vitimar o governo de João Goulart com um golpe civil-militar.

2 - A CAMPANHA IDEOLÓGICA DO IPES

Em 1961 foi criado o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, que proporcionou sustentação ao golpe de Estado ocorrido em 1964, que vinha sendo orquestrado pela elite orgânica desde 1961, com a sustentação de várias redes. Os organizadores do Ipês alegavam ser um grupo disposto a “ver, julgar e agir” em defesa da pátria (ASSIS, 2001, página 21). Segundo certidão lavrada em cartório em 9 de dezembro de 1961, o Ipês foi constituído como “sociedade civil sem fins lucrativos com tempo indeterminado, de caráter filantrópico e intuito educacional, e tendo por finalidade à educação cultural, moral e cívica dos indivíduos” (ASSIS, 2001, página 21). Além disso se declarava que os integrantes do instituto podiam ser “todas as pessoas físicas e jurídicas que desejarem e forem aceitas pelo Conselho Diretor”, e, que à participação dos mesmos era “ilimitada” (ASSIS, 2001, página 21). Os gestores do Ipes defendiam que os objetivos da instituição era “claros e definidos”, ou seja, discursavam que “Por meio de pesquisa e livre discussão, pretendemos chegar a conclusões e recomendações quanto a diretrizes das atividades econômicas, no sentido de contribuir para o fortalecimento da democracia brasileira”. Além da “preocupação com a democracia”, sugeriram “levar essas conclusões e recomendações a todas as camadas do povo brasileiro”, principalmente para os empresários, “a fim de que nos tornemos conscientes e solidários na obtenção de soluções democráticas para os problemas do país” (ASSIS, 2001, página 22).

As redes do Ipês localizaram-se: no 28º andar do Edifício Av. Central, no Centro do Rio, e em São Paulo, na Av. Brigadeiro Luiz Antônio, nº 54, no 16º andar. Depois, foram-se disseminando novas redes por Porto Alegre, Santos e Belo Horizonte. Por mais que à ata de fundação do Ipes pautava-se objetivos que expressavam ideias em prol da democracia, o principal objetivo dos instituto era produzir inúmeros documentos, seminários, filmes, que fossem capazes de deslegitimar o presidente João Goulart, e, assim foi feito, pois as redes do Ipes lançaram ao público seus materiais. Como argumenta Denize de Assis em seu livro “Propaganda e Cinema à Serviço do Golpe” (Assis, 2001, página 21), que as publicações do Ipes foram produzidas com o intuito de angariar simpatia para à causa defendida pelo instituto, isto é, à formação de

um governo paralelo que viria, por fim substituir o do presidente goulart. Inclusive, Denise de Assis aponta que a principal mensagem que o filmes do Ipês repassava, que a Nação estava impossibilitada de evoluir e os investimentos tornavam-se insuficientes, devido a ação dos “baderneiros em geral e dos comunistas, em particular”(Assis, 2001, página 32). E, necessitava de uma providência, para solucionar esses problemas, assim tornando o Brasil um país com melhores condições.

Com o intuito de disseminar sua ideologia, o Ipes organizou um grupo de escritores, ensaístas, personalidades literárias e outros intelectuais que contribuem para a construção dos projetos do Ipes, além dos grupos citados, os jornais, rádios foram essenciais propagar os obras do instituto. Essa movimentação do Ipes, com o auxílio de diversas redes, foi denominada por René Dreifuss de “Bombardeio ideológico”.

O cinema foi um forte aliado do Ipes na propagação de suas ideologias. O Ipes construiu uma coletânea de quinze curtas, com 8 a 10,30 minutos de duração. E, dentre essas curtas, o “O Ipes é o seguinte” foi criado para transmitir ao povo a visão essencial que os integrantes do Ipes queriam repassar sobre o que era a instituição. Conforme à análise de Denise de Assis, focalizavam na ideia de ser um centro de organização em prol das decisões democráticas, apresentando propostas e objetivos, como o investimento em escolas, bibliotecas, hospitais, entre outros, assim reforçando os dizeres da sua ata de fundação. O principal cineasta que dirigiu os filmes foi o Jean Manzon, na qual utilizou equipamentos para fornecer uma boa imagem e som que estão com qualidade para assistir ainda hoje.

O primeiro curta a ser lançado foi “O Brasil precisa de você” com duração de 9 minutos. O filme começa citando e demonstrando à situação do governo fascista de Mussolini, o nazismo de Hitler e União Soviética sob domínio de Stalin, e, diz que todos obtiveram o mesmo destino, tragédias, como: mortes, fome, destruição da democracia, injustiça social, extremismo de direita e esquerda, entre outros. O curta mostra fotos da China e da revolução cubana, com comícios e confrontos de estudantes e operários com a polícia. Além disso, o filme apontava ao telespectador dúvida em relação ao destino do Brasil. O responsável pelas filmagens, Jean Manzon Films S.A., persisti em focar no ambiente de pobreza que o Brasil encontrava-se, inclusive, deu ênfase às insatisfações em relação ao governo de Jango, quando o povo manifestava-se no Rio de Janeiro, com a seguinte frase: “Com fome não se brinca”, por outro lado, o

narrador discursava no fundo “À história do século xx seria outra se as elites dirigentes da Rússia tivessem se preocupado com a não existência de uma classe média capaz de equilibrar a balança social. Hitler não teria dominado a Alemanha e conduzido através de crime sem par na história, como a terrível matança dos judeus, e a destruição total de uma guerra insensata, se as elites dirigentes alemães tivessem compreendido a necessidade de tudo fazer para impedir o choque aberto e violento entre a direita e a esquerda antes que fossem colocados diante da terrível opção: nazismo ou comunismo. E nós, para onde estamos indo? O governo está indeciso.”. Assim, o narrador do filme anunciava a necessidade de uma mudança, dizendo: “O que estamos fazendo nós para impedir que se coloque diante do povo brasileiro a trágica opção entre soluções antidemocráticas?”, “Nós, os intelectuais, nós, os dirigentes de empresas, nós, que acreditamos na democracia e no regime da livre iniciativa, não podemos ficar omissos enquanto a situação se agrava dia a dia”, retratando um alerta sobre a política brasileira, ressaltando que o pior poderá acontecer, e para combater isso, era necessário a união de todos em prol de uma ação, ainda não estabelecida no filme.

O curta “História de um maquinista” pontua os problemas do sistema ferroviário, na qual baseava-se em velhas máquinas a vapor, que movimentavam-se sobre as inadequadas linhas e com número de pessoas maior que suportava. Expôs que o passageiro é a grande vítima do caos ferroviário. Ressaltou que não é a falta de recursos que torna o sistema precária, mas sim, posiciona a culpa maior no excesso de burocracia e na interferência política, com irresponsabilidade e falta de políticas de transportes. Exibem soluções, como a modernização de equipamentos, mecanização das operações ferroviárias, corte nos gastos inúteis e uma política patriótica capaz de rever por completo o problema nacional, na qual são exigências inadiáveis. Além de propor melhor aproveitamento dos fatores geográficos para a criação dos meios de transportes, assim não implicará nos investimentos do campo, principalmente na iniciativa privada. Enfatizam que essas chaves tornará o sistema ferroviário um meio de qualidade para a locomoção, com espaço para acomodar os passageiros e rapidez. As imagens do curta mostra vagões superlotados, cenas de acidentes no meio ferroviário, linhas com equipamentos antigos e sem manutenção.

Outro filme que o instituto criou foi o “Nordeste, problema número um”, possui 10 minutos de duração, o mesmo retrata a vida nordestina sem

esperança/perspectiva de progresso social, sujeita à seca, fome, falta de energia no meio rural, condições precárias e mal remuneradas em relação ao trabalho. O aumento da mortalidade infantil, devido à ausência de mínimas condições de vida, à subnutrição e à ignorância, o que também resultou no aumento da migração dos nordestinos para outras cidades, em busca de condições melhores. Desta forma, o filme repassa a falta de políticas públicas para o povo nordestino, ressaltando os caminhos certos para a salvação do nordeste, como: construção de hidrelétricas, aproveitamento dos vales úmidos, investimentos de até 50% do imposto de renda de empresas capital totalmente nacionais, industrialização da agricultura. Além de propor que os empresários que investirem no Nordeste sejam beneficiados.

Portanto, torna-se claro que, a classe social dominante e a potência estadunidense, centrada no Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, desempenharam uma marcha ideológica contra o comunismo e ao governo de João Goulart, durante o período de seu mandato até a definitiva intervenção militar. Dentre os mecanismos das atividades ideológicas desenvolvidas pelo Ipes, observa-se que os filmes elaborados assumiram caráter em prol da deslegitimação de Goulart. Uma vez que, os filmes analisados, neste estudo, repassaram fatores que, comparavam o governo de Goulart com sistemas que não deram certos e apresentavam situações precárias que estavam sobre descuido do governo, como a questão do nordeste e das vias ferroviárias. Assim, difundindo a ideia de que o presidente estava impossibilitado de assumir as questões políticas. Por outro lado, os projetos políticos de Goulart, estavam sendo bloqueados por essas elites, que criticavam-o. Uma das principais visões hipócritas, que estava sendo repassada de Jango, era em relação ao nordeste, pois a principal pauta da plataforma política de Jango, era as reformas de base, principalmente a reforma agrária, e o filme “Nordeste problema número um”, propaganda a falta de investimentos e de um projeto político para o nordeste. As elites brasileiras foram capaz, de pôr em sentido contrário, através dos filmes do Ipes, o verdadeiro intuito do governo de Jango.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depois de, 52 anos do golpe civil-militar no Brasil, da criação de discursos de deslegitimação do governo de Goulart e do comunismo, inúmeros meios de comunicação de massa, continuam atuando como redes partidárias. Em 2016, o país retrocedeu-se em 52 anos, aconteceu mais um evento marcante na história política, com a participação dos meios de comunicação. Um processo foi aberto, em 2 de dezembro de 2015, por Eduardo Cunha, que também passou por investigações no Lava Jato, contra a primeira mulher a ser eleita em 2011, e reeleita em 2014, presidente da República, a ex-presidenta, Dilma Rousseff, acusando-a de crime de responsabilidade.

O ambiente político estava marcado por manifestações pró e contra o impeachment em todo o país. Na qual, a grande mídia, sempre apontava a brutal diferença entre os manifestantes pró e contra o impeachment. Assim, publicaram a grande quantidade de manifestantes que estavam nas ruas, em relação aos aliados de Rousseff. Como o gráfico lançado na Folha de São Paulo. Além de, a maioria dos jornais, em particular da rede globo, situavam fotos de movimentos pró impeachment como capa principal das matérias. E, novamente as elites brasileiras e os meios de construção ideológica, conseguiram legitimar um golpe contra o Governo de Dilma.



Fonte: Folha de São Paulo

(<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1797386-protestos-pro-e-contra-impeachment-reunem-milhares-mas-perdem-adesao.shtml>)

Assim, como em outros momentos da história, os meios de comunicação cumpriram papel decisivo no apoio a acusação de Dilma e na construção de um golpe. A Rede Globo, atuou diretamente na construção e manobras do golpe, divulgando abertamente o julgamento de Dilma Rousseff, a emissora separou um dia inteiro para apresentar discursos de integrantes políticos, com argumentos insuficientes para legitimar a cassação da presidenta, mas, apesar da insuficiência, conseguiram deslegitimar o governo de Rousseff e proporcionar o golpe. A maioria dos discursos em prol do impeachment, mencionaram suas famílias, Deus e a democracia, para dizer um

“sim” a cassação de Dilma e ressaltaram que a solução para os problemas, dependia do afastamento da presidenta. Assim como em 1964, que estava envenenado pelos discursos de que o governo de Jango, contradizia-se aos valores da igreja e da família e ao direito a democracia, o discurso de legitimação do golpe de Dilma foi semelhante.

O processo encerrou-se em 31 de agosto de 2016, foi apresentado abertamente o decreto de cassação a Dilma Rousseff e o vice-presidente, Michel Temer, assume definitivamente a presidência da República até 2018. Apesar do resultado final ser declarado em 31 de agosto de 2016, a derrubada de Dilma foi apenas o resultado de um extenso processo em marcha, na qual o fim estava definido há meses. E, diferentemente, do golpe de 1964, na qual houve construção ideológica de desestabilização e o uso da força para retirar Goulart do poder. No golpe de Rousseff, o forjamento de discursos ideológicos foi a grande arma para a derrubada de seu governo. No qual, percebe-se que o engrandecimento e a potência dos meios de organização ideológica amadureceram-se.

Da mesma forma que, a ilusão política desencadeada pelas elites brasileira no governo de Goulart, desapontou os indivíduos, que acreditavam nos planos políticos que eram repassados, como solução para o país, porém resultou em ditadura militar. Em 2016, após a derrubada da presidenta, o País ainda não recebeu aquilo que foi prometido por quem apoiou o afastamento de Dilma. Ao contrário, o Brasil enfrenta uma grave crise política. O atual presidente, Michel Temer, junto às elites brasileiras, continua golpeando as instituições democráticas, como a reforma da previdência e reforma trabalhista evidenciam, além dos drásticos cortes nos investimentos na educação e na saúde. Por outro lado, parte considerável da população luta e se manifesta nos espaços públicos em prol da derrubada de Temer, alvo de inúmeras denúncias criminais. Portanto, analisando e vivenciando a atual conjuntura golpista, o povo brasileiro deve reivindicar em prol da saída de Michel Temer e submeter-se a uma nova eleição, de caráter popular, conforme o movimento Diretas Já.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, Denise. **Propaganda e Cinema à Serviço do Golpe 1961/1964**. Rio de Janeiro: Mauad, FAPERJ, 2001.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Pretrópolis. Vozes, 1986. 4a. Ed.

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos.** Rio de Janeiro. Editora FGV, 2014a.

FICO, Carlos. **Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro. Record, 2014b. 4a. Ed.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?.** São Paulo: Paz e terra, 1993.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964).** São Paulo. FAPESP, 2002.

REIS, Daniel. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988.** Rio de Janeiro. Zahar, 2014.

SCHWARCZ, Lilia M., STARLING, Heloisa M. “No fio da navalha: Ditadura, Oposição e Resistência”. In: _____. **Brasil: uma biografia.** São Paulo. Companhia das Letras, 2015.

TAVARES, Flávio. **1964: o Golpe.** Porto Alegre. L&PM, 2014.

SITE:<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/07/1797386-protestos-pro-e-contra-impachment-reunem-milhares-mas-perdem-adesao.shtml>